**PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE A PROPOSTA DE ACORDO DO BASA**

1. **Em qual ação o BASA está propondo acordo para o Sindicato?**

**Resposta:** O Basa está propondo acordo nos autos da Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, na qual a União e o Basa pretendem extinguir a decisão já transitada em julgado do processo 1164-2001-001-16-00-2, onde o Sindicato ganhou a condenação do Basa em assumir integralmente o déficit da CAPAF.

1. **E em que fase está essa ação que o Banco propôs o acordo?**

**Resposta:** O processo já se encontra apto para julgamento, no entanto, a pedido do Banco, o Desembargador Relator iniciou o processo de negociação. Logo no início da ação, o Desembargador deu uma liminar em favor da União, suspendendo a execução da ação da 1ª Vara do Trabalho, movida pelo Sindicato, impedindo que o Banco cumprisse a decisão de garantir o déficit da CAPAF. Apesar de pedidos de reconsideração, por parte da assessoria jurídica do SEEB/MA, o relator manteve sua decisão de suspender a execução.

1. **Qual o prognóstico de êxito nessa ação da União e do BASA?**

**Resposta:** A assessoria jurídica do SEEB/MA confia nos seus argumentos jurídicos de defesa, porém, não se deve desprezar o fato de que essa ação terá desfecho nos tribunais superiores, ou seja, no Tribunal Superior do Trabalho ou até mesmo no Supremo Tribunal Federal, onde não só questões jurídicas são levadas em consideração no julgamento, mas também questões políticas e de ordem econômica. E neste caso, o valor do déficit é muito expressivo.

1. **E tem previsão de conclusão desse processo?**

**Resposta:** Infelizmente não. E todos sabem que o Poder Judiciário Brasileiro está abarrotado de processos. Como exemplo, o TST agora que começou a julgar os processos que chegaram lá em 2019.

1. **Então diante desse cenário é vantajoso fazer o acordo?**

**Resposta:** A análise da vantajosidade de um acordo passa por diversos fatores, os quais se pretende esclarecer todos neste questionário. Claro que as respostas anteriores devem ser levadas em consideração quando do bancário optar em aderir ou não ao acordo. Mas outros fatores devem ser levados também em conta na decisão do bancário, tais como: a garantia do banco, definitivamente, se tornar o devedor dos seus benefícios e não mais a CAPAF; a sua expectativa de vida; sua situação funcional com o banco; o valor da proposta; a possibilidade de migrar para outro plano de previdência; a possibilidade de deixar de recolher imposto de renda nas suas complementações de aposentadoria e pensões; ter acesso ao valor integral da sua reserva e etc.

1. **Qual foi a proposta apresentada pelo Banco?**

**Resposta:** A proposta inicialmente apresentada pelo BASA previa 2 opções dadas aos beneficiários da ação, que consistia no pagamento de uma indenização em parcela única ou em parcelas mensais vitalícias. Essa proposta inicial não foi sequer submetida à votação em Assembleia, posto que a Assessoria Jurídica do Sindicato entendeu que a proposta ainda não estava madura e que do jeito que estava apresentada implicaria em prejuízos para os beneficiários, a exemplo da necessidade de suportarem um deságio de 6% no valor dos benefícios atualmente recebidos, dos benefícios recebidos atualmente ficarem limitados a uma reserva financeira, da extinção do direito ao recebimento do pecúlio, de transferir integralmente aos beneficiários o ônus de sucumbência (honorários advocatícios), e de eliminar qualquer direito de oposição individual, dentre outras limitações.

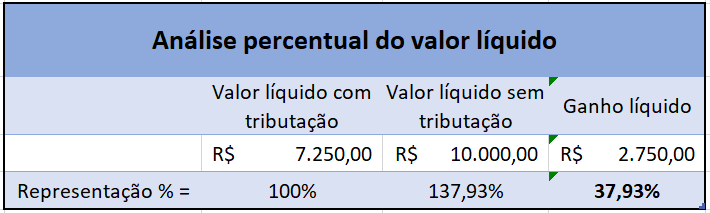
1. **Houve melhora na proposta feita pelo Banco, em face da discordância do SEEB/MA? Qual?**

**Resposta:** Sim, houve. O banco fez um incremento de 5% em relação ao valor inicialmente proposto e sobre as parcelas mensais foi expurgado qualquer deságio sobre o valor líquido atualmente recebido (anteriormente, a proposta era o pagamento de apenas 94%, e num segundo momento 95% do valor líquido atualmente recebido). E também, agora, com o acordo, o beneficiário deixará de receber renda previdenciária (tributável), passando a ser credor de uma prestação mensal, de natureza indenizatória (não tributável). Implica em dizer que isso irá proporcionar a desoneração do imposto de renda, gerando, nesses casos, um **aumento real líquido do valor atualmente recebido.**

1. **Então quer dizer que quem aderir ao acordo, não terá mais desconto de imposto de renda dos seus benefícios?**

**Resposta:** Isso mesmo. E sem mais o desconto do imposto de renda, de acordo com a alíquota que é recolhida, o bancário poderá ter um aumento real em relação ao valor líquido atualmente recebido de até 37,93% (economia correspondente àqueles que se enquadram na faixa tributável do imposto de renda de 27,5%), podendo este ganho ser maior ainda ante a possibilidade da desoneração de outras fontes de rendas recebidas em conjunto. Essa conclusão pode ser melhor visualizada abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |



|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

1. **E como fica a contribuição para a CAPAF para quem aderir ao acordo?**

**Resposta:** O acordo irá implicar, para aqueles que aderirem, no fim da relação obrigacional com a CAPAF, passando os mesmos a serem credores do BASA. Sendo assim, proporcionará aos participantes-ativos a desoneração quanto ao pagamento da contribuição pessoal da CAPAF atualmente suportada, representando também um **aumento real líquido no contracheque** desse beneficiário, que poderá ser utilizado, parcial ou integralmente, para o custeio da participação em outro plano de previdência privada que melhor atenda os interesses do trabalhador.

1. **O acordo contemplará todos os bancários e ex-bancários do Basa?**

**Resposta:** O acordo se destina a todos os participantes assistidos, participantes ativos e ex-participantes do Plano de Benefícios Definidos (BD não saldado) e do Plano de Benefícios Misto (CV não saldado) da CAPAF, que aderirem individual e formalmente às condições do acordo.

1. **O beneficiário da CAPAF, mas não filiado ou que não faz parte da base do SEEB/MA, poderá aderir ao acordo?**

**Resposta:**  Sim, poderá. Na ação patrocinada pelo SEEB/MA, o pedido formulado (cobertura do déficit da CAPAF) configura-se um direito essencialmente coletivo de natureza indivisível, possibilitando que todos aqueles ligados a essa relação jurídica base possam exercer a opção de aderir às condições do acordo.

1. **Esse acordo já foi homologado pela Justiça?**

**Resposta:** Ainda não. Durante todas as tratativas, o SEEB/MA fez questão de frisar que todas as propostas apresentadas somente poderão produzir efeitos após a anuência coletiva e individual dos beneficiários. Ou seja, antes da adesão individual do bancário, irá acontecer uma assembleia geral para aprovação do acordo em sua integralidade.

1. **E quando acontecerá essa assembleia?**

**Resposta:** O Desembargador relator autorizou o sindicato a realizar a assembleia virtual, em razão da pandemia e também visando contemplar os bancários residentes em outros estados, num prazo de 30 dias, a contar do dia 19/03/2021.

1. **Se aprovado o acordo na assembleia, automaticamente todos os bancários estarão sujeitos a ele?**

**Resposta:** Não. A assembleia geral será apenas para a aprovação ou não dos termos do acordo em sua integralidade. E se uma vez aprovado, caberá ao bancário aderir individualmente ou não. Então, se o bancário entender que não lhe é vantajoso fazer o acordo, mesmo ele sendo aprovado em Assembleia, ele tem a opção de não aderir ao acordo e continuar na atual situação com a CAPAF.

1. **O que acontece se a Assembleia não aprovar a proposta do acordo?**

**Resposta:** A ação rescisória seguirá para julgamento no TRT e depois no TST, com o recurso da parte que perder. Além de impedir que aqueles bancários que entendam que lhe é vantajoso o acordo possam aderir.

1. **A homologação judicial do acordo irá implicar na quitação geral e extinção de outras ações em curso, a exemplo da ação em trâmite perante a Justiça do Trabalho do Pará?**

**Resposta:** Por exigência do SEEB/MA, o acordo acarretará, tão-somente, a extinção da ação rescisória da AGU e da ação de origem proposta pelo SEEB/MA, ficando dessa forma ressalvado quaisquer outros direitos e ações.

1. **A proposta de acordo atende o pleito do Sindicato feito na sua ação em 2001?**

**Resposta:** Sim. Para quem aderir ao acordo, ele passa a ser credor do BASA e não mais da CAPAF, com as seguintes consequências:

1. Enquanto credor da CAPAF, o garantidor dos pagamentos será o fundo previdenciário que é deficitário. Por sua vez, enquanto credor do BASA, o garantidor dos pagamentos será o próprio patrimônio do Banco. Além disso, segundo a minuta de acordo do Banco, haverá um compromisso de que os pagamentos serão garantidos com *“ativos de baixo risco e liquidez compatível com a natureza da obrigação, a serem constituídos pelo BASA, e, devidamente discriminados e registrados”* e de que *“esta garantia deverá se manter hígida e integralmente exigível nas hipóteses de sucessão* [privatização, por exemplo] *do Banco, consistindo, outrossim, garantia real na hipótese de liquidação”*.
2. Enquanto credor da CAPAF, a competência para apreciar eventual inadimplência ou quaisquer outros litígios será da Justiça Estadual. Por sua vez, enquanto credor do BASA, a competência para apreciar eventual inadimplência do acordo será da Justiça do Trabalho.
3. **Quais serão as formas de pagamento do acordo para quem aderir individualmente?**

**Resposta:**  O Banco construiu a sua proposta fraqueando aos beneficiários a opção pelo recebimento de uma indenização a ser paga em parcela única ou de uma indenização a ser paga em parcelas sucessivas mensais vitalícias e com garantia de sucessão aos dependentes legais, nos termos já hoje assegurados nos respectivos regulamentos da CAPAF.

Entretanto, somente será possível optar pela indenização em parcelas mensais aqueles que atualmente já recebem o benefício de suplementação mensal da CAPAF.

Implica em dizer que os participantes ativos e os ex-participantes somente poderão optar pelo recebimento da indenização em parcela única, posto que não recebem qualquer tipo de suplementação mensal. E esta condição também se aplica aos participantes assistidos que já recebem aposentadoria pelo RGPS, mas sem direito à suplementação da CAPAF.

1. **O empregado na ativa, mas que já preenche ou está prestes a preencher os requisitos da suplementação de aposentadoria poderá optar pelo recebimento da indenização em parcelas mensais?**

**Resposta:** As adesões individuais poderão ser colhidas durante uma janela de tempo que irá perdurar por pelo menos 90 dias, a contar da data da homologação judicial do acordo. Nesse caso, se durante essa janela de tempo o trabalhador da ativa vier a preencher os requisitos para recebimento da suplementação da CAPAF, será a ele franqueada também a opção pelo recebimento da indenização em parcelas mensais.

1. **Haverá algum outro pagamento adicional?**

**Resposta:** Além da opção pelo pagamento da indenização em parcela única ou em parcelas mensais, todos os participantes que hoje têm cobertura do benefício de pecúlio por morte para seus dependentes farão jus também ao recebimento de indenização adicional que será paga em desembolso único, a ser acrescido à indenização em parcela única ou à 1ª renda mensal vitalícia, conforme a opção realizada pelo participante/beneficiário.

1. **Qual é o valor da indenização em parcela única?**

**Resposta:** De acordo com o Banco, *“em conjunto com uma série de outras variáveis, o saldo projetado da reserva de poupança compõe o racional que levou à apuração dos valores ofertados na proposta de acordo”*.

1. **E qual é o valor da indenização em parcelas mensais?**

**Resposta:** O valor da indenização a ser paga em parcelas mensais será representado pelo resultado da subtração do valor bruto da suplementação de benefício atualmente recebido, menos o valor da contribuição atualmente paga pelo segurado, excetuando-se os casos em que não é devido o desconto da referida contribuição, inclusive decorrente de decisões judiciais.

1. **Qual é o valor da indenização extraordinária devida àqueles que hoje têm cobertura do benefício de pecúlio por morte para seus dependentes?**

**Resposta:** A indenização adicional a ser recebida em vida para aqueles que hoje têm cobertura do benefício de pecúlio por morte para seus dependentes, será calculada no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do benefício projetado atualmente.

1. **Há algum modo de consultar previamente os valores da proposta?**

**Resposta:** O Banco disponibilizou uma ferramenta de consulta *on line* à proposta de acordo que pode ser acessada no endereço: <https://capaf.bancoamazonia.com.br/>. No entanto, ao que parece, os valores disponibilizados no site ainda não foram atualizados com os últimos incrementos conseguidos pelo Sindicato, a exemplo do valor da indenização substitutiva do pecúlio.

1. **Após consultar no site do Banco o seu valor individual para acordo, o bancário verificou que o valor indicado não corresponde ao racional do cálculo divulgado pelo Banco. Nesse caso, existe algum meio de retificar este cálculo?**

**Resposta:** De acordo com o BASA, a proposta disponibilizada no site do Banco *“expressa os valores apurados em conformidade com os dados cadastrais atualmente mantido junto à CAPAF, sendo lícito ao BASA, por ocasião das adesões individuais ao acordo, solicitar a apresentação de documentos atualizados para a confirmação destas informações”*.

O Banco esclarece também que *“apresentados os documentos e caso constatada a incongruência/incorreção de dados cadastrais que lastrearam a apuração dos valores ofertados individualmente, estes valores serão atualizados e a opção de adesão será novamente ofertada ao participante, que poderá prosseguir com o acordo ou declinar do mesmo”*.

1. **Para participantes ativos da CAPAF, será viabilizado o vínculo com algum outro plano de previdência complementar?**

**Resposta:** De acordo com os esclarecimentos do Banco, *“a todos os empregados da ativa do Banco resta franqueada a adesão ao Prev Amazonia, plano de previdência hoje administrado pela BB Previdência e com informações disponibilizadas em* [*http://basa.bbprevidencia.com.br/*](http://basa.bbprevidencia.com.br/)*”*.

1. **A adesão ao Prev Amazonia será obrigatória para os participantes ativos da CAPAF que optarem pelo acordo?**

**Resposta:** Não. Eventual adesão ao Prev Amazonia será facultativa, podendo o empregado da ativa livremente optar por vincular-se ao plano de previdência privado que melhor atenda as suas necessidades, hipótese em que poderá, se assim desejar, utilizar parcial ou integralmente o valor da indenização recebida como aporte inicial no novo plano de previdência que vier a se vincular e/ou utilizar parcial ou integralmente as contribuições que vinha arcando junto à CAPAF para verter a este novo plano de previdência.

A rigor, o participante ativo poderá inclusive não optar por se vincular a qualquer outro plano de previdência, hipótese em que poderá livremente dispor do valor da indenização do acordo, além de contar com um aumento real no seu contracheque mensal em razão da desoneração do valor da contribuição da CAPAF que vinha arcando.

1. **Uma vez que os valores recebidos do acordo, tanto em cota única como em parcela mensal não terão incidência de imposto de renda, como será a declaração de ajuste anual do referido imposto desses valores?**

**Resposta:** Os valores recebidos em razão do acordo deverão ser informados na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física no campo "Rendimentos Isentos e não Tributáveis" e preencher os dados no campo “outros”, informando o número do processo e o Juízo que tramitou o processo, ou seja, “Processo n.º 0016098-06.2014.5.16.0000 que tramitou no TRT da 16ª Região”.

1. **Como se dará o pagamento de honorários advocatícios decorrentes do acordo?**

**Resposta:** O banco aceitou pagar tão somente um valor aproximado de 2% do total do acordo, apesar do esforço do SEEB/MA para que a entidade bancária arcasse integralmente com os 10%. Com isso, conforme contrato de assessoria jurídica do sindicato, aprovado em assembleia geral da categoria, será feito o desconto da parcela honorária no percentual complementar de 8%.

1. **O bancário pode se opor ao pagamento dos honorários advocatícios ou a alguma outra cláusula do acordo?**

**Resposta:** Sim. A todos ficará assegurado o exercício do direito de oposição às condições do acordo, que poderá ser exercido mediante a não formalização da adesão individual ao acordo.

1. **Os bancários não filiados ou que não fazem parte da base territorial do SEEB/MA também deverão pagar os honorários?**

**Resposta:** O desconto de honorários advocatícios são ônus decorrentes do processo em que está sendo celebrado o acordo. Neste caso, este ônus será assumido por todos aqueles que vierem a ser beneficiados nestes autos, independentemente do local de prestação de serviço ou de domicílio. Inclusive, pois caso contrário estaria sendo dado tratamento não isonômico entre os beneficiados por um acordo judicial, fazendo com que apenas alguns deles suportem o ônus do respectivo processo e percebendo menos que os demais. Portanto, a manifestação de interesse em aderir às vantagens do acordo corresponderá automaticamente na obrigação de suportar esse ônus decorrente, na forma do §7º do artigo 22, da Lei n.º 8.906/94. Além do que, a assembleia geral que aprovou a definição dos honorários contratuais abrangeu todos os beneficiários dos processos, filiados ou não ao sindicato.

1. **Mesmo com o desconto dos honorários advocatícios, há vantajosidade em aderir ao acordo?**

**Resposta:** A vantajosidade econômica existe para aqueles que atualmente sofrem desconto de imposto de renda nos seus benefícios e que passarão a não mais sofrerem o desconto fiscal, bem como em face da não contribuição mais para a CAPAF. Mas para todos, há também a vantajosidade jurídica de passar a ser definitivamente credor do BASA e não mais da CAPAF, com as consequências citadas na resposta da pergunta 17.

1. **O que é melhor, optar por receber em parcela única ou continuar recebendo mensalmente?**

**Resposta:** Inicialmente, é importante dizer que o bancário deve pensar bem antes de aderir ao acordo individualmente, inclusive o sindicato sugere que todos conversem com seus familiares antes de tomarem qualquer decisão, ainda mais para aqueles que já se encontram em idade avançada. A opção por continuar percebendo mensalmente tem a vantagem de ser um benefício vitalício. Por outro lado, o levantamento de parcela única pode ser mais atraente para aqueles que conseguirão dar uma destinação mais rentável para essa quantia, bem como para aqueles que não possuem eventuais pensionistas para permanecerem percebendo o benefício após o seu falecimento. Ou seja, isso é uma decisão muito particular de cada um, levando em consideração sua idade, sua expectativa de vida, o valor da sua parcela, a capacidade de saber aplicar esse valor e a existência ou não de pensionistas futuros.

1. **O acordo é bom para os trabalhadores?**

**Resposta:** Um acordo pressupõe concessões mútuas, onde se abre mão de alguns direitos em troca da segurança da preservação de outros. Com a atuação da assessoria jurídica do Sindicato na negociação conduzida pelo Desembargador relator no TRT/MA, foram conseguidas condições que representaram uma significativa melhoria em relação à proposta inicial apresentada pelo Banco e que possibilitam levar o acordo para deliberação coletiva. E essas reivindicações obtidas pelo SEEB/MA poderão inclusive gerar um aumento real do valor atualmente recebido pelos beneficiários. Ainda assim, analisando exclusivamente sob a ótica financeira, o acordo pode para alguns implicar algum comprometimento financeiro, o que demandará a análise individual em cada caso. Por isso que foi sempre princípio basilar do Sindicato defender a adesão individual do acordo e não apenas a adesão coletiva, mediante a assembleia, pois assim se respeita o direito individual de todos, tanto daqueles contrários ao acordo, como daqueles que entendem ser o mesmo vantajoso, os quais deve ser assegurado o direito de aderir, assim como está assegurado o exercício do direito de oposição se vislumbrado algum prejuízo.

Por fim, não podemos deixar de lado que a indicação quanto à vantajosidade em aderir o acordo deve perpassar também pela consciência sobre todos os riscos envolvendo o litígio judicial, tendo em vista que um acordo homologado judicialmente traria segurança jurídica aos participantes aderentes, inclusive encerrando a relação jurídica com a CAPAF e tornando-os credor do BASA.

1. **Na hipótese do acordo ser autorizado pela Assembleia, qual o prazo o bancário terá para fazer sua adesão individual?**

Resposta: Conforme já dito acima, em face da complexidade da decisão a ser tomada por cada um, será dado o prazo de 90 (noventa) dias, após a assembleia, para que o bancário faça sua adesão individual ao acordo ou não. Nesse lapso de tempo, o Sindicato, através de seus diretores e de sua assessoria jurídica, estará à disposição para todo e qualquer esclarecimento sobre o acordo, analisando caso a caso, individualmente, possibilitando ao trabalhador condições e elementos para tomar a decisão com mais segurança e convicção do que é melhor para si e para sua família.